

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE: apontamentos críticos a partir da obra de Hannah Arendt

THE DISCOURSE OF DEVELOPMENT AND THE PRODUCTION OF NORMALITY: Critical notes from the work of Hannah Arendt

Leonardo da Rocha Bezerra de SOUZA¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Guilherme Francisco Waterloo RADOMSKY²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo: Neste artigo apresentamos um conjunto de reflexões sobre o discurso do desenvolvimento e a produção da normalidade, a partir da obra da filósofa e teórica política Hannah Arendt (1903-1975). O discurso do desenvolvimento se estabeleceu como ideia chave para a modernização no século XX e foi crucial tanto para a criação do terceiro-mundismo como do subdesenvolvimento. Nesse texto, partimos da questão: como podemos entender a relação do discurso do desenvolvimento com a produção da normalidade e de como a obra de Hannah Arendt nos conduz a uma visão ímpar a respeito disso? Por meio da análise dos livros de Arendt, assim como com uma literatura crítica dos processos de desenvolvimento, procuramos elucidar a composição desse discurso e também as críticas ao conceito de progresso. Como resultados, mostramos que o discurso do desenvolvimento opera uma produção de normalidade, tal como a autora elaborou em seus escritos, cuja abordagem original de sua análise permite um entendimento ampliado do problema do progresso e uma articulação conceitual produtiva com recentes estudos orientados à crítica do desenvolvimento.

Palavras-chave: Discurso do Desenvolvimento; Normalidade; Hannah Arendt.

Abstract: In this article, we present a set of reflections on the discourse of development and the production of normality, based on the work of the philosopher and political theorist Hannah

¹ Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGSD/UFRGS) – E-mail: lrb.souza@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8192-1009>.

² Professor Associado III do departamento de Sociologia e do PPGS/UFRGS. Doutor em Antropologia Social pela UFRGS – E-mail: g.radomsky@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3756-4286>.

Arendt (1903-1975). The discourse of development established itself as a key idea for modernization in the 20th century and was crucial both for the creation of Third-Worldism and underdevelopment. In this text, we start from the question: how can we understand the relationship between the discourse of development and the production of normality, and how does Hannah Arendt's work lead us to a unique vision regarding this? Through the analysis of Arendt's books, as well as with a critical literature on development processes, we seek to elucidate the composition of this discourse and also the criticisms of the concept of progress. As results, we show that the discourse of development operates a production of normality, as the author elaborated in her writings, whose original approach to her analysis allows for an expanded understanding of the problem of progress and a productive conceptual articulation with recent studies oriented towards the critique of development.

Keywords: Development Discourse; Normality; Hannah Arendt.

Introdução³

Neste trabalho apresentamos um conjunto de reflexões a partir de algumas obras da filósofa e teórica política Hannah Arendt (1906-1975), a respeito da modernidade, sobretudo no que toca a concepção de progresso e sua interface com o discurso do desenvolvimento. O que aqui denominamos discurso do desenvolvimento é um conjunto variado, porém com alguma regularidade, que apareceu no século XX e criou tanto o terceiro-mundismo como a ideia de que o subdesenvolvimento precisa ser superado por esforços planejados e ajuda internacional, e fomentou também a corrida pelo progresso e o fortalecimento do capitalismo no Ocidente. Nosso argumento é de que o discurso do desenvolvimento está associado diretamente ao conceito de progresso relacionado à modernidade e que ele torna-se um discurso produtor da normalidade. Assim, buscamos na obra de Arendt um repertório crítico-conceitual para compreendermos o mito do progresso moderno, a constituição desse discurso produtor de normalidade e suas consequências; e as formas como podemos ler nosso tempo a partir dessas questões.

Hannah Arendt nasceu no ano de 1906, em Hannover na Alemanha, em uma família de origem judaica e de classe média. Como afirma Fry (2010), passou parte da sua infância em Königsberg, na Prússia, atualmente, Kaliningrado na Rússia, até seguir para Berlim com sua mãe, após o falecimento do seu pai. Ao descobrir sua paixão pela filosofia, Arendt iniciou seus estudos como discípula de Martin Heidegger, mas sua trajetória foi mais ampla. Sua tese inicial

³ Os autores agradecem os comentários e sugestões dos pareceristas da Revista Confluências.

foi sobre o amor em Santo Agostinho. Seguiu sob orientação de Karl Jaspers que foi, ao longo de sua vida intelectual e pessoal, seu mentor e amigo.

O pensamento de Arendt, assim como sua trajetória, é marcada pelas constantes mudanças pessoais, intelectuais e de territórios. Arendt foi vítima do nazismo, chegando a ser presa durante a ascensão do Terceiro Reich. Ela conseguiu fugir do regime nazista, refugiando-se legal e ilegalmente em países como França, Espanha, Portugal e, por fim, Estados Unidos. Sua relação com o sistema totalitário, enquanto judia, é um dos pontos centrais de seu pensamento. A vida entre dois regimes totalitários, o nazismo e o stalinismo, fez com que Arendt percebesse o totalitarismo, enquanto regime contemporâneo que constitui um aparato próprio, com características distintas das ditaduras e das tiranias — ele possui um funcionamento particular e se mostra como uma das vias possíveis à sociedade desse tempo.

Para Fry (2010), o totalitarismo é a temática central nas suas primeiras obras. Seu livro “Origens do totalitarismo” (2012 [1951]) recebeu inúmeras críticas, ela própria percebeu a necessidade depois de trabalhar questões que ainda lhe causavam inquietação. Nesse sentido, Lafer (1991) comenta que “A condição humana” (1991 [1958]) foi muito além da intenção originária de responder às críticas sobre as origens do totalitarismo e complementar as discussões. Segundo Lafer (1991), sua intenção original converteu-se mais tarde, no livro “Entre o passado e o futuro” (2016 [1961]).

Recuperamos Arendt para a discussão sobre desenvolvimento por reconhecer em sua obra potências para uma interpretação coesa e profunda sobre a contemporaneidade. Essa filósofa dedicou parte considerável de sua vida intelectual à luta em defesa da dignidade humana, à liberdade e à política. Sua obra é marcada pela constante crítica à noção de progresso e, conseqüentemente, à de desenvolvimento. Ela reconhece no ser humano o potencial da ação, ou seja, da *práxis*. Acima de tudo, seu pensamento, principalmente a partir de 1957, está ancorado em uma esperança depositada na promessa de nascimento, algo quase oracular, que vai se cumprindo na medida em que os homens agem. O ser humano é dotado da capacidade de agir e de falar, e essa é sua condição de ser no mundo, é através dessa fala como discurso que se dá vida à pluralidade, essa é a combinação para cumprir a promessa.

Com base nisso tudo, procuramos trazer à tona uma reflexão que contribua com os estudos em ciências sociais em geral, sobretudo, às investigações em torno da temática do desenvolvimento e da política. Não obstante a magnitude de sua obra, suas reflexões sobre o

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

terceiro mundo, embora esparsas, acabaram sendo corolário de um pensamento que situou os quadros da modernidade e do progresso num âmbito global.

Como podemos entender a relação do discurso do desenvolvimento com a produção da normalidade e como a obra de Hannah Arendt nos conduz a uma visão ímpar a respeito disso? Como espera-se poder esclarecer ao longo do texto, nossa tese é que o desenvolvimento é caracterizado pela capacidade de produção de normalidade, quando visto por meio do discurso que produz e incorpora. Essa condição do desenvolvimento está arraigada às suas origens modernas. Principalmente, em relação à noção de progresso e seus desdobramentos. O pensamento de Arendt é chave para compreendermos tais condições, seu arcabouço de teses nos ajuda a pensar o totalitarismo como um caso particular resultante do movimento histórico, enquanto sistema/produto desse mesmo progresso. Também lança luz, a partir da banalidade do mal, sobre a produção da normalidade, caracterizada pela incapacidade de reflexão do homem comum. Esses temas formam um conjunto complexo que envolve, entre outros, aspectos ideológicos, na percepção de Arendt.

O discurso do desenvolvimento e as crises do nosso tempo não são questões desligadas uma da outra. A promessa de caminho que leva ao paraíso pode representar, sem muito esforço, uma descida ao inferno. Nesse sentido, analisamos que o discurso do desenvolvimento, sob a luz do pensamento arendtiano, tem contribuições valiosas. Primeiro, porque ao refletirmos a produção da normalidade, estamos direta e indiretamente, voltando a um tema trabalhado por ela, ao apresentar e explicar a banalidade do mal. O totalitarismo visto pela autora, não é uma nefasta consequência de erros, mas sim, um resultado dessa ideologia do progresso através da construção do mundo moderno. Terceiro, por se tratar de uma filósofa política, Arendt tem um olhar incisivo sobre a conjuntura do século XX, o que a obriga a refletir não apenas sobre casos isolados nem a tratá-los como tal. Ela consegue construir uma incursão sobre a condição e a experiência humana e civilizacional, bastante fundada na experiência política ocidental, leia-se: inspirada sobretudo em uma Europa entre guerras e na hegemonia entre EUA e URSS na geopolítica global.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho buscou examinar as obras de Arendt, assim como uma parte importante da literatura crítica recente que se dedica ao tema do desenvolvimento. Em particular, a linha de pensamento em torno do que se convencionou denominar de pós-desenvolvimento e igualmente os estudos foucaultianos sobre desenvolvimento são as referências mais propensas a um debate profícuo com a filósofa. Cabe

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

o registro que tanto Arendt como Foucault, em que pese as diferenças, se debruçaram sobre o tema da produção da normalidade.

O artigo se divide em três partes: na primeira seção, a discussão está centrada no pensamento de Arendt acerca da história e da condição humana, elas são chaves utilizadas para compreender a modernidade, a ideia do progresso e do desenvolvimento; na segunda, é trabalhada a questão da banalidade do mal e da produção de normalidade, realizamos um debate acerca desses conceitos, relacionando-os ao de desenvolvimento e da produção ideológica do terceiro mundo; por fim, na terceira seção, o foco é discutir a concepção de discurso do desenvolvimento e da normalidade, partindo da crítica elaborada por Arendt e dos apontamentos constituídos nas seções anteriores.

1 Hannah Arendt: história e condição humana

A filósofa e teórica da política Hannah Arendt é uma das pensadoras mais importantes quando o tema é a reflexão sobre a modernidade e, sobretudo, a partir da experiência totalitarista. É justamente Arendt quem mobilizamos para produzirmos uma reflexão a partir dos aspectos do desenvolvimento entre o discurso e a normalidade. Para tanto, iniciamos o nosso empreendimento discutindo aquilo que é central no interesse de Arendt e que é considerada peça-chave na sua leitura do homem, a ação. Para vislumbrarmos as contribuições dessa filósofa para nossa proposta, precisamos discutir em sua obra algumas premissas centrais, sem as quais não conseguimos compreender o contexto, as conceituações e os direcionamentos de seu pensamento. Recorremos a essa pensadora justamente por considerar que ela, desde os anos 1950, observou atentamente a guinada tecnológica, política, ontológica e ética, que vem sendo o tema de apreensão das ciências humanas e sociais, em especial, partindo do advento dos potenciais de destruição de massa e das principais crises do século XX.

Diante disso, nos debruçamos sobre uma noção importantíssima, a de progresso, tematizada pela autora:

O progresso não somente explica o passado sem quebrar a continuidade temporal, mas também serve de guia para procedimentos futuros. Foi isto que Marx descobriu quando virou Hegel de cabeça para baixo [...]. O progresso dá uma resposta para a questão perturbadora: O que faremos agora? A resposta no nível mais baixo é: Vamos desenvolver o que temos em algo melhor, maior [...] (Arendt, 2017, p. 113).

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

Para a filósofa, essa concepção de progresso é uma marca ímpar da nossa modernidade. O homem moderno está desvinculado do destino para a morte. É a noção do “algo melhor” sempre adiante, uma rota por ser feita que endossa o progresso como meio inevitável e necessário de viver em tempos modernos. Podemos perceber a presença de outra palavra tão importante quanto progresso, que é o desenvolvimento. Ele já aparece como produto de um mesmo vocabulário. Essa concepção está associada à tomada da história como processo. Sobre isso, Arendt (2016, p. 89) nos diz:

[...] a História emergiu como algo que jamais fora antes. Ela não mais compôs-se dos efeitos do sofrimento dos homens; e não contou mais a estória de eventos que afetaram a vida dos homens; tornou-se um processo feito pelo homem; único processo global cuja existência deve-se exclusivamente à raça humana.

A ação é a capacidade de agir que compõe o primeiro ato de existência, nascer. O homem nasce e por isso age! São o nascimento e a ação as chaves da sua permanência e existência no mundo. Se através do nascimento o homem age no mundo, sendo esse o seu primeiro passo, é pelo discurso que o faz distinguir-se: “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original” (Arendt, 1991, p. 189-190). Essas características nada estáticas, ao contrário, dotadas de dinamismo, colocam também a história como um produto da raça humana. Agir e falar implicam movimentar e criar, e isso vai se inscrevendo naquilo que se denomina por história. Mas não se fala de uma história que imprime as dores da cidade e dos homens, fatos e lembranças; a história adquire o teor de processual, no qual os homens não se olham ao olhar do já realizado; mas sim, realizam a história modificando-a, elaborando-a, entre outros.

E, logo em seguida, ela comenta enfaticamente sobre o discurso: “Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre os iguais” (Arendt, 1991, p. 191).

O homem — essa raça humana — assume então a condição de agente transformador. Isso tem amparo justamente na condição histórica na qual a sociedade moderna está situada, segundo ela “Somos, talvez, a primeira geração a adquirir plena consciência das consequências fatais de um modo de pensar que nos força a admitir que todos os meios, desde que sejam eficazes, são permissíveis e justificados quando se pretende alcançar alguma coisa que se

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

definiu como fim” (Arendt, 1991, p. 241). Isso nos diz que nossa capacidade de reger o presente assumiu um alto nível de autonomia em relação às sociedades que antecederam à modernidade. Contudo, a autonomia advém também de um processo de conscientização dos riscos, mesmo assim, fundados no princípio da eficácia. Uma medida eficaz para alcançar um fim, é uma medida permitida e justificada.

Isso tanto vale para o ápice totalitário, quando inúmeros judeus foram exterminados em campos de concentração para benefício do Reich; quanto vale para as medidas tomadas pelo governo norte-americano na manutenção de prisioneiros na Baía de Guantánamo, extrapolando a jurisdição nacional e deixando-os à mercê da ausência de lei, para benefício próprio dos EUA e de sua política antiterror. Esse último tema foi tratado por Butler (2023), ao definir essa condição dos prisioneiros como uma “detenção indefinida” em que ela demonstra que esse tratamento coaduna com a estratégia da governamentalidade, para tal recorre ao conceito de Foucault (2012a), em que impera não o regime de lei, mas a tática de governo. Arendt tratou do primeiro caso, em pelos menos duas obras, definindo o sistema totalitário e discutindo a questão da banalidade do mal (Arendt, 2009 e 2012).

Tais contextos geopolíticos globais, foram sendo modificados ao longo do século XX, Arendt viveu em um período que a permitiu acompanhar o avanço tecnológico entrelaçado com a efervescência política de um mundo pretensamente dividido entre duas potências nucleares, Estados Unidos e União Soviética. Havia o império de planos ideológicos, isto é, comunismo e imperialismo. A tecnologia alcançou um nível de sofisticação, alavancado pela acumulação de saberes/conhecimentos das ciências naturais e históricas (Arendt, 1991; 2016). Contudo ela estava pretensamente a serviço de dois modelos civilizacionais. Foi nesse contexto que Arendt tentou ao máximo romper a dicotomia que, por si mesma, seria uma condição desse sistema dual. Em 1970, em entrevista a Adalberto Reif, uma de suas maiores preocupações era responder ao entrevistador, tentando demonstrar o quanto o mundo, embora persistisse aparentemente dividido entre esses blocos ideológicos, não encontrava mais respostas nesses ideários e em seus projetos. O projeto soviético, na sua visão, já não aparecia como socialismo, mas como “[...] socialismo de Estado, que é a mesma coisa que seria o capitalismo de Estado — ou seja, a expropriação total” (Arendt, 2017, p. 182). O socialismo e capitalismo não eram vistos como solução de um para o outro.

Nesse contexto, ela atenta para duas coisas que persistiram desse embate, a luta de classes que assegurou direitos frente a expropriação da força de trabalho. Ela classificou a

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

conquista desses direitos e a luta por sua garantia, como um novo marco de divisão global, entre os países que respeitam e os que não respeitam esses direitos, admitindo assim uma dicotomia analítica do caso do trabalho e da acumulação do capital na definição de uma ordem geopolítica global. Outro ponto imprescindível é a entrada do terceiro mundo, ela toma distância dos defensores da existência real do terceiro mundo, afirmando que ele é: “uma ideologia ou uma ilusão” (Arendt, 2017, p. 180).

Sobre isso, ela comenta:

A África, Ásia, América do Sul — são realidade. Se você comparar estas regiões com a Europa e os Estados Unidos, poderá dizer mas somente desta perspectiva — que elas são subdesenvolvidas, afirmando com isso que este é o crucial denominador comum entre esses países. Contudo, você menosprezar inúmeras coisas que eles não têm em comum, e o fato de que o que eles têm em comum é somente um contraste em relação a um outro mundo; o que quer dizer que a ideia de subdesenvolvimento como fator importante é um preconceito norte-americano-europeu (Arendt, 2017, p. 180-181).

Percebam, a colocação da autora insere o problema do desenvolvimento, mostrando que a noção de terceiro mundo é um preconceito vinculado a uma ordem de hegemonia ou de nominação. Para ela, a chamada “nova esquerda”, usurpa da “velha esquerda”, as concepções advindas do imperialismo e da relação colonizador/colonizado, e incorpora isso através de um rótulo, terceiro mundo. Em suma, para Arendt (2017), trata-se, primeiro, de um problema de ordem lógica. Acontece que, logo após isso, ela fala do grande problema ao seu ver, que é na verdade sobre o mundo comum. Para ela, não há mundo comum, por exemplo, entre um chinês e um norte-americano. Assim, tal expressão só faria sentido na perspectiva do desenvolvimento, sob o olhar de um mundo sobre outro.

Obviamente, há aqui uma série de introjeções preconceituosas de cunho racial e alheio a um debate mais intenso sobre as marcas e os produtos do colonialismo que poderiam ser analisadas até a exaustão, mas precisamos atentar para a presença do nosso objeto. A linha divisória que ela traça refere-se a um mundo comum inexistente, balizado pela noção de desenvolvimento que advém de cima para baixo; e pode, em certo grau e somente a partir dele, servir de orientação comum. Portanto, podemos dizer que tais países são subdesenvolvidos e de terceiro mundo, admitindo apenas que o primeiro mundo é o mais desenvolvido, que ele tem nome, localização e que advém dele a orientação de adotar o desenvolvimento como padrão. Admitir que um país pode ou não pode ser desenvolvido, diante da ausência factível de um

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

mundo comum, pressupõe que desenvolver ou não desenvolver não é um atributo inerente, mas sim ideologicamente produzido e reproduzido.

Assim, acaba por ser relevante observar essa contradição histórica. Enquanto a autora reconhece que o mundo moderno é aquele que mais se colocou nas condições de decidir sobre seu futuro, é também esse mundo que no século XX viveu o totalitarismo, a produção da normalidade da vida e os aparatos globais de construção do desenvolvimento que acabaram por homogeneizar a diversidade de experiências dos chamados terceiro-mundistas.

Afinal, de que desenvolvimento fala Arendt? Ora, temos um desenvolvimento associado a linearidade e a acumulação (de tecnologia, de capital, de conhecimento, de saberes), que advém dos princípios norteadores da modernidade, próprios da ideologia do progresso que persiste dando as respostas às perguntas que ele mesmo produz. O vocabulário vai sendo modificado na medida em que incorpora novos termos, novas proposições, que produzem uma semântica. O discurso desse progresso, a que denominamos de discurso do desenvolvimento, é lastreado nessas condições. Assim, os países que se denominam no terceiro mundo, adotam uma régua de ascensão ao primeiro mundo, que desrespeitam as particularidades de um mundo não comum entre eles. Desse modo, jogam sob as regras daqueles denominados desenvolvidos e que, beneficiados pelo processo histórico e muitas vezes pelo colonialismo, acumularam riquezas e capacidades que os tornam detentores de poder em uma esfera que, naquela época, já caminhava para a planetarização.

O progresso como um produto do fazer humano, com certo nível de autonomia, e nisso observamos o que Arendt diz sobre o perigo da ação humana, ele é o mensurador de um padrão e o produtor de um discurso em que se autoinstitui como finalidade última e ao qual todos os meios são úteis para alcançá-lo, ou seja, é uma promessa. Foi observado uma corrida pelo progresso que, como podemos perceber, transforma-se no mito, uma promessa não cumprida. Diversos pesquisadores voltados ao problema das relações entre progresso e desenvolvimento mostraram problemas de elevar tais categorias a apoteose da história humana (Esteva, 2000; Dupas, 2007), particularmente quanto ao desenvolvimento que eventualmente se torna uma crença tão basilar que não é abalada por fracassos ou está acima das ideologias políticas (Rist, 2008; Ribeiro, 2008).

A categoria “desenvolvimento” é tirada da economia realmente existente que é a capitalista, ordenada pelos mercados hoje mundialmente articulados. Ela possui uma lógica interna fundada na exploração sistêmica e ilimitada de todos os recursos da

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

terra para atingir três objetivos fundamentais: aumentar a produção, o consumo e produzir riqueza (Boff, 2001, p. 3).

A perspectiva de Boff (2001) acima é muito aderente ao conceito de desenvolvimento articulado por Rist (2008, p. 13), que o define como:

“Desenvolvimento” consiste de um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva;

O que Rist (2008) sugere com essa conceituação – que em seu livro aparece como ponto de partida – nunca chega na obra a ser trabalhado e isto por razões específicas e propositais: o desenvolvimento não é um conceito a ser depurado a fim de se encontrar o “bom” ou “adequado” desenvolvimento. Ele é um fardo a ser refletido, trabalhado, repensado, talvez no sentido de tornar inoperante (Agamben, 2015; 2017). Como diferentes autores também mostraram, o discurso do desenvolvimento está na enseada da modernidade/colonialidade (Quijano, 2005; Escobar, 2008), é de fato uma reverberação de processos de domínio mais antigos e, embora aponte para uma novidade vindoura, recai, segundo Acosta (2012), na replicação de fatores e dinâmicas. Esse progresso pode ser denominado de desenvolvimento; e esse último vai sendo reatualizado residualmente com a finalidade de manter a promessa viva, adaptando o projeto às ideologias vigentes. Como Acosta (2012, p. 1999) defende: “Na verdade, quando os problemas começaram a minar nossa fé no “desenvolvimento”, passamos a buscar alternativas de desenvolvimento, demos nomes para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos no caminho do desenvolvimento”. Exemplo disso, são as denominações como “países emergentes”, para onde emergem? Que patamar buscam alcançar?

O discurso do desenvolvimento atua então como mecanismo de produção de subjetividades, direcionadas à manutenção das bases de dominação. Por isso, associando-o aos fatores decorrentes da colonização/modernização, reproduzem-se ordens e dualidades, como aponta Acosta (2012): civilizado/primitivo, desenvolvido/subdesenvolvido, entre outros. Ele então conclui: “A promessa feita há mais de cinco séculos em nome do “progresso” e “reciclada” há mais de seis décadas em nome do “desenvolvimento” não foi cumprida. E não se cumprirá” (Acosta, 2012, p. 202-201).

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

2 Banalidade do mal: normalidade e terceiro mundo

A noção de insuficiência e de descumprimento do prometido pelo que podemos assumir como mito do progresso está muito presente no pensamento arendtiano. Primeiro, podemos situar o aspecto da normalidade. Sobretudo, a partir de sua obra “Eichmann em Jerusalém” de 1963, na qual ela discorre sobre a incapacidade de reflexão sob o regime hitlerista (totalitário). Arendt (1999, p. 167) faz os seguintes comentários:

No Terceiro Reich, o Mal perdera a qualidade pela qual a maior parte das pessoas o reconhecem — a qualidade da tentação. Muitos alemães e muitos nazistas, provavelmente a esmagadora maioria deles, deve ter sido tentada a *não* matar, *não* roubar, a *não* deixar seus vizinhos partirem para a destruição (pois eles sabiam que os judeus estavam sendo transportados para a destruição, é claro, embora muitos possam não ter sabido dos detalhes terríveis), e a *não* se tornarem cúmplices de todos os crimes tirando proveito deles. Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir à tentação.

A banalidade do mal, diante até mesmo de circunstâncias perversas, bloqueia uma ação que subverte princípios básicos da humanidade. Esse foi o caso não só do próprio Adolf Eichmann perante o juízo, mas, como ela coloca, é uma característica do sistema totalitário, algo que em outro instante ela menciona: “O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (Arendt, 1999, p. 299). Essa característica é notada não em um indivíduo, mas em uma sociedade, um modelo que possibilita a constituição dessa que é uma normalidade. Ao mesmo tempo, ela afirma não serem produzidos monstros, mas sim homens. Ou seja, o totalitarismo é uma interface do nosso tempo. Pode ocorrer em qualquer parte do mundo. Porém, aconteceu ali, na Alemanha e, pouco depois, na URSS no período Stalinista.

O que podemos refletir a partir dos escritos arendtianos, é que o totalitarismo só foi possível dadas as condições sócio-políticas, econômicas e tecnológicas da modernidade. O progresso é a chave de interpretação disso tudo, especialmente, quando entendemos que somente a partir da ideologia do progresso foi possível conceber uma produção de normalidade (encarnada na banalidade do mal). O mal está reduzido a uma condição de cotidianidade. Longe de passar pelo viés essencialista, como destaca Fry (2010), não se trata de cada um ter dentro de si um ‘Eichmann’, mas sim, de que o cotidiano e o mal estão normalizados em uma atividade comum, isto é, o ato extremo não implica em uma ação de exceção, mas em uma continuidade.

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

De forma que, apesar de ser um regime extremado, o totalitarismo não representa algo que foge às regras, ele é de possível e de provável realização. Os cidadãos exemplares do Reich, resistiram a não proteger, mais até, resistiram a não denunciar, precisavam fazer a denúncia. Sobre isso, ela diz: “Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir a tentação”.

O discurso ultranacionalista que evocou em determinado momento o mote anti-judeu, depois disso lhes confisca os bens, para depois serem encarcerados, torturados e exterminados, através da maquinaria e da organização social nazista, tem lastro justamente nas lutas por hegemonia em um plano global, ainda centralizado na Europa do centro para o oeste, envolvendo potências colonialistas e industriais (Reino Unido e França) *versus* uma Alemanha também industrializada (Arendt, 2012). Estamos com isso, ainda inseridos em uma faceta da modernidade, baseada no progresso das nações. O mote persiste sendo o alcance do desenvolvimento, por mais que ele esteja associado diretamente, no caso alemão e soviético, a um mundo europeu, só conseguimos conceber esse mundo, a partir do soterramento de outro mundo, o pré-colonial de que falam Quijano (2005) e Dussel (2012).

A enseada dessa modernidade tem por base a fundação de um mundo a partir do encobrimento do outro (Dussel, 1992). Tais circunstâncias foram em certa medida negligenciadas pela filósofa. Arendt parte sim de um mundo comum europeu e até certo ponto estadunidense, mas sua experiência tem limites pois não consegue vislumbrar como esse outro negligenciado é fundamento do Eu que compõe o que ela denomina de mundo comum. Assim, a experiência histórica individual do homem europeu o posiciona, segundo ela, em um mundo comum, sejam eles alemães ou franceses; mundo este, distinto/estranho para um chinês ou brasileiro. Quando ela então abre a cisão entre terceiro mundo e demais países do primeiro mundo, a partir da concepção de que inexiste mundo comum; destacando que existe somente um padrão de desenvolvimento, ela não somente suprime a correlação de existência entre ambos; como não alcança a sustentação que esse colonialismo dá ao capitalismo e consequentemente ao ideal do progresso. Por outro lado, ela acerta ao revelar uma banalidade — a qual podemos aproximar da aceção de normalidade — como consequência do progresso como categoria central de leitura do mundo moderno.

Foi Arturo Escobar provavelmente o primeiro a procurar ler a realidade discursiva do terceiro mundo por uma ótica que privilegiou a arqueologia de sua constituição nas malhas das relações entre poder e verdade (Escobar, 1984), inspirado evidentemente pelos trabalhos de Foucault, especialmente Foucault (2002; 2012b). Escobar (2007) considera que o

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

desenvolvimento converteu-se em “certeza do imaginário social”, principalmente quando pensado como discurso historicamente construído.

O desenvolvimento com sua face normalizadora que impera no imaginário social é, na verdade, uma ideologia geneticamente enlaçada aos rumos do progresso em diferentes categorias e a partir de diferentes centros de dominação. Em razão da globalização, a normalidade adquire o caráter global, em níveis micro e macro-políticos. Pautar-se pela normalidade do desenvolvimento é aceitar sua face destruidora como um meio, aceitar que, para que ocorra desenvolvimento, mundos culturais serão perdidos. Portanto, é também banalizar as perdas. Consequências destruidoras tornadas normalizadas e banalizadas no cotidiano, eis os resultados das políticas de desenvolvimento. Isso implica dois vértices do pensamento de Arendt, o primeiro, a potencialidade da ação ou da *práxis*; a segunda, a impossibilidade de reflexão sobre as leis, sobre as atividades, as tecnologias, entre outros. A ação que Arendt (1991) condiciona à construção de uma polis, ou seja, da feitura da política, encontra-se anestesiada, e isso é também inscrito no discurso. Isso nos diz da incapacidade de pensar a política, que é central na produção de um mundo comum. Por mais que ele ainda não exista, é necessário pensá-lo, agir para produzi-lo e falar para pluralizar esse espaço.

A incapacidade de reconhecimento desse Outro mundo, como meu mundo, é um dos vetores de um discurso normalizador em que o potencial de reflexão foi reduzido à leitura obediente da letra da Lei. A própria lei, através da governamentalidade de Foucault (2012a), converte-se em tática de ação, e a obediência ao seu cumprimento é rigorosamente seguido, pois tática de governo e lei são homogeneizados. Levando isso ao nosso caso, o desenvolvimento como um ente cuja finalidade encontra-se em si mesmo, através da reprodução de seus processos, objetivando desenvolver mais e mais. Ele passa a exercer a autonomia em relação ao controle humano, e quem ousa contestar?

3 O discurso do desenvolvimento e a normalidade

O discurso do desenvolvimento fecha o horizonte potencial de possibilidades de agir, admitindo uma dicotomia entre sucesso e fracasso como “predestinação”. Em parte, aqui encontramos ecos da normalidade, pois trata-se de implementar mecanismos que possam domesticar trajetórias – *taming the difference*, como escreve Blaser (2010) –, criando meios de modernizar processos e pasteurizar o social. Nesse caso, desenvolver, como comentado, pode

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

se resolver em uma dicotomia ou em uma escala de melhor a pior: obter mais ou menos sucesso e, seu oposto (não desenvolver), em um fracasso. Para alcançarmos o desenvolvimento de um país, por exemplo, o Estado pode utilizar todo seu poder⁴ e seus implementos de violência, o que a história mostrou ser comum (Escobar, 2007; Gupta, 2012; Quintero, 2015).

Existe uma dimensão subjetiva, como comentamos, Arendt aponta essa normalidade através da banalidade. Observa-se na figura de Eichmann o sujeito que, entre outras características, era um idealista preocupado com a carreira, sua memória não registra incoerências; um homem atento à lei e, sobretudo, eficiente; um sujeito que possuía um vocabulário muito ligado às suas funções técnicas/militares, ou seja, detentor de um “oficialês” que representava uma linguagem comum ao aparelho e à carreira do indivíduo no estado nazista (Arendt, 2009). Podemos notar que a linguagem normalizava não apenas os atos, mas a forma dos agentes, como Eichmann, frente a eles mesmos. Eles não conseguiam fugir ao chamado da carreira; do Reich; do Führer; e não faziam isso por vontade, resistiam à tentação.

Ela então, comenta: “O efeito direto desse sistema de linguagem não era deixar as pessoas ignorantes daquilo que estavam fazendo, mas impedi-las de equacionar isso com seu antigo e “normal” conhecimento do que era assassinato e mentira” (Arendt, 2009, p. 101). O assassinato era um assassinato, e tanto Eichmann como seus colegas e cidadãos nazistas, sabiam o que significava assassinar, mas havia um impeditivo do equacionamento ético-moral e mesmo axiológico sobre o ato de assassinar. Em um regime totalitário, o esforço não é tão intenso, para verificar o quanto tais limites são tensionados, pois há um extremo terror vigente — como ideologia do terror (Arendt, 2012). Porém, em uma circunstância não totalitária, esse fato adquire uma complexidade maior.

A normalidade inerente ao desenvolvimento é uma forma sofisticada de promover a gestão das subjetividades. O cotidiano através do consumo e da produção material, atualmente com excesso de informação, torna-se um campo de experiência para essa normalidade em que a reflexão também se faz ausente, dando espaço, senão a mesma, mas uma derivação próxima do que é a banalidade do mal. Assistir, consumir, produzir, criar, tudo em uma turbulência vital a um padrão cujas finalidades se ocultam no fazer ou no *status* que aparentemente se produz. De modo que não encontramos apenas o Militar/Engenheiro e o cidadão exemplar do Reich,

⁴ Em termos de poder, essa lógica se desdobra em outros discursos, no caso do Brasil, como exemplo, a força de líderes carismáticos, sejam eles de esquerda ou de direita, avançam na proposição de um projeto nacional alicerçado em propostas de desenvolvimento seguindo padrões internacionais (leiam-se: sob rigoroso interesse de reprodução do capital).

construindo sua carreira; mas sim diversos outros mundos e submundos gestados pela mesma ideia corrente: crescer, desenvolver, progredir.

Esses aspectos da vida pessoal (do universo cotidiano) são incorporados enfaticamente no universo da política. Nesse caso, sim, conseguimos enxergar mais precisamente como o discurso toma cada vez mais materialidade. Os líderes políticos — independente de um histórico populista ou carismático — necessitam e investem cada vez mais nas redes sociais para a aquisição de engajamento que possam ser contabilizados⁵. Isso produz *status*. As redes sociais ampliaram esse potencial, qualquer pessoa, em tese, pode conquistar engajamento e obter sucesso e reconhecimento. Enquanto líderes políticos ainda produzem projetos de desenvolvimento para sua cidade, seu estado e seu país; a categoria de *influencers* nas redes digitais produz conteúdo e engajamento que lhe garante um lugar no pódio do sucesso. Isso tudo é consumido direta ou indiretamente por grande parte da sociedade, a uma velocidade muito maior do que o rádio, o jornal em papel e as emissoras de TV, podem conceber.

Os processos de ascensão social e de participação política não são similares aos da *pólis* tradicional. Muito menos acontecem guiadas pela reflexão filosófica e cidadã, ou seja, sob os auspícios da liberdade, categoria intrinsecamente associada à possibilidade da ação, segundo Arendt (1991). Ainda, para Arendt (2016), há uma corrosão da autoridade em tempos modernos e, por seu turno, da noção de liberdade. Na tradição grega, como Arendt (1991; 2016) demonstra, a liberdade era alcançada entre os pares de cidadãos, jamais entre os escravos e o lar, ao contrário, está ao serviço braçal e doméstico (do escravo) seria afastar-se da liberdade requerida para pensar a política, à *pólis*. A autoridade era outra guia, ela existia como reguladora da vida social. Na atualidade, persiste a pretensa noção dos cidadãos livres; e as redes sociais representam o principal campo de exercício da liberdade. Do mesmo modo, a *pólis* antiga persistia através da ideia de semelhanças que os torna cidadãos e a diferença que o tornava agente (pensador sobre o rumo da *pólis*), uma condição de pluralidade. Na contemporaneidade, a cidadania é regida pela confirmação de registro algorítmico para o reconhecimento, seja por parte de um Estado, de uma Rede ou a negação da cidadania pelos mesmos.

A ideia do mundo comum é continuamente revista, pois a velocidade e o potencial tecnológico atual, garantem uma mudança que se distancia de qualquer seguridade no plano concreto. No regime nazista, a propaganda foi essencial para consolidação do governo e do

⁵ Essa contabilização diz respeito aos rankings das redes sociais, marcado, sobretudo, pelo funcionamento de algoritmos.

genocídio contra judeus. Na atualidade, os meios tecnológicos potencializam exponencialmente o poder de ação. O mundo in-comum entre indivíduos e entre povos, está em curso e tem como padrão a reprodução do mesmo escopo: desenvolvimento pelo desenvolvimento. Os projetos nacionais e, em certa medida, transnacionais, reivindicam ainda a promessa do progresso como condutor de melhor qualidade de vida e de sucesso para a humanidade.

Existe ainda essa humanidade comum? Nem mesmo o padrão de desenvolvimento capitalista pode ser tomado como medida de orientação de um mundo comum. A ruptura do mundo comum é provada através da ausência de reflexão crítica sobre o potencial destruidor da condição humana, podendo partir do cidadão mais comum (com ações banais, individuais e de/em caráter privado) ou a partir de um grande líder político (através de ações de amplitude global, coletivas e de/em caráter público). Em todo caso, o mal (como crueldade) banalizou-se e tais intentos destruidores estão regidos por uma normalidade justificada e justificadora para os fins desejados. Ainda que os meios sejam o próprio ser humano, o meio ambiente ou qualquer outro ator cujo valor moral da ação seja calculado com o risco, e como resultado seja obtido o aval para agir, produzindo sempre o progresso ou, pelo menos, abrindo caminho para tal.

Para Arendt (2017, p. 115): “[...] O progresso, em outras palavras, já não serve de padrão para avaliar os processos desastrosamente rápidos de mudanças que desencadeamos”. O progresso visto sob a ótica de Arendt é tido como algo aceito universalmente, em especial, devido às crenças do século XIX, a saber, até mesmo do marxismo. Um termo utilizado por Arendt é ‘exploração do universo’, o domínio do progresso não é restrito a nosso planeta, mas o universo está potencialmente sujeito ao seu interesse, manifesto, em especial, pela própria ciência. Arendt também é crítica com relação a (pseudo)especialização, mesmo reconhecendo que a ciência não esteja vinculada ao progresso sem fim, ela possui seus limites. Mas existem fenômenos de especialização que restringem o seu corpo de saber ou a sua irrelevância. Nesse sentido, podemos observar na atualidade um número imenso de áreas, especialistas, ou, em suma, um corpo técnico restrito e reduzido: preparado para gerar resultados mais eficientes, eficazes e efetivos. O que nos remete diretamente aos processos de separação, novamente, onde o sujeito está longe da obra, mesmo que intelectual. Isso implica novamente na condição de alienação, na qual os saberes se desligam do corpo do sujeito ou da sua relação espiritual e *poiética*; ou seja, do seu trabalho intelectual.

Taxativamente, Arendt retoma a insuficiência do progresso para avaliação dos desastres que desencadeamos. O que a filósofa faz é, em síntese, afirmar que explorar saídas ou explicar

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

problemas pela lógica do progresso, no sentido moderno, recai sobre os mesmos problemas. Seriam soluções com base técnica/tecnológica e racional/burocrática que reproduzem o mesmo *status quo* de dominação moderna/capitalista. Podemos vincular essas tendências no pensamento de Arendt à influência de Heidegger (2012) quando, agora, nos diz que a saída aos problemas técnicos não pode ser por mais técnica. Sem desejar realizar uma comparação simplista e direta, mas tanto Escobar (2008) como Sousa Santos (2008) provavelmente em releitura do problema, sustentaram: não existem saídas modernas para os problemas que a modernidade mesma criou.

O progresso encontra sua máxima na contemporaneidade, encarnada na ação instrumental e no discurso normalizador do desenvolvimento, nisso reside a possibilidade de ruptura. Arendt crê veementemente no potencial da palavra em suas diferentes formas de fala. Ela acredita na ação ainda residente na condição humana. Isso pode acontecer justamente na ruptura, quando a contradição soa mais alto. Nasce com a modernidade também a esperança na promessa de existência, o nascimento que Arendt (1991) louva, é a potência do agente de ser no mundo. Por um lado, agora é possível a ação e por ela os seres humanos se assumem como membros da *pólis*, da esfera pública ou de um mundo comum, ainda que isso exija um cuidado ainda mais atento. Em outras palavras, existe uma linha tênue que separa o campo da pluralidade e o campo da coisificação, essa fronteira ontológica é o espaço do conflito que se arma sobre a condição humana, principalmente, a partir do discurso do desenvolvimento, como temos afirmado.

O mundo comum não é o mundo dos iguais, mas um mundo possível onde a pluralidade se manifesta discursivamente e em termos de ações. Ao mesmo tempo, o diagnóstico é que o desenvolvimento como discurso produtor de normalidade não pode ser respondido, enquanto problema, como uma fórmula que parte dele próprio. Ao contrário, ele em si é o motor da normalização e da perda do caráter plural. Assim, a saída é a superação do mesmo, por práticas, teorias e reflexões que possam ir além. Isso significa, recuperar a noção cara à Arendt da liberdade, pois é ela que caracteriza o agir humano. A liberdade, inerentemente vinculada à ação, está hoje sob o crivo do discurso normalizador, encontra-se oculta. Não se age de fato como rompimento, ao contrário, o que se entende pela ação (normalizada) é a reprodução da mesma resposta, sem possibilidade de insurgência. O desenvolvimento impulsiona tal ocultação em sua face normalizadora, balizando o agir humano, reduzindo-o. Assim, para pensar saídas, é que Arendt desbrava a política, suas contribuições estão nessa enseada, como recuperação do

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

sentido de um mundo comum, com a capacidade de agir, ou seja, de exercício pleno dessa liberdade que é por si mesma a assunção da ação e do discurso com o respeito a pluralidade humana e sua ligação com o todo, enquanto totalidade não totalizante.

Considerações finais

Do primeiro ponto de vista, podemos supor que Arendt seja uma filósofa pessimista, no entanto, esse preconceito está aquém da realidade. Sua obra, embora parta de uma crítica radical, não se hospeda na desesperança. Ao contrário, ela insiste na necessidade de reparação no sentido do discurso e da ação, ou seja, do próprio ser humano. Sobretudo, a partir da reflexão sobre o debate político. A ação que, em nosso tempo, reduz seu aspecto holístico, precisa de um resgate, para que a ação que condiciona o ser humano à sua gênese plural, retome o protagonismo, partindo da noção de liberdade que está junto à aceção da verdadeira ação. Para essa proposta, seria muito tentar responder a questões como essas: quando conseguimos interromper o fluxo dessa normalidade? Quando e como é possível produzir uma reflexão disruptiva? Ao mesmo tempo que esses apontamentos críticos de Arendt consequentemente guiam para uma saída, mas ela não pode ser notada a partir da reprodução ideológica do progresso. Em resumo, o progresso e, consequentemente, o discurso do desenvolvimento, não estão situados como fenômenos passageiros, mas sim, situados como fenômeno entrelaçado ao espírito da modernidade.

O potencial da ação e da linguagem, tão caros a Arendt, são impreterivelmente chaves de transformação da condição humana, ou seja, ao pensá-los estamos refletindo sobre o ser humano moderno. Ele precisa ocupar seu lugar no mundo, assim, tomar o mundo comum. Isso exige coragem, é através desse ato que o humano encontra a verdadeira pluralidade de sua condição. Isso principia um ambiente democrático na esfera pública, abre o horizonte para a destituição da escravidão e da servidão, já que se trata de um retorno à tarefa de pensar, refletir e promover sua existência. Essa condição foi vilipendiada pelas condições de modernidade e, principalmente, a partir do discurso do desenvolvimento.

Um dos limites de sua obra diz respeito ao problema ainda eurocêntrico de organizar o pensamento e os fatos históricos prioritários. Se o nazismo, o stalinismo e, em geral, o totalitarismo eram expressões do ápice da banalidade do mal e da normalidade dos comportamentos frente à violência pura, por que razão cinco séculos de genocídios de grupos

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

ameríndios e populações negras espalhadas pelo globo jamais tiveram atenção suficiente? Por que problemas relacionados a campos de concentração e trabalhos forçados podem ser a culminância da objetualidade humana e a escravidão que colocou em contato América e África muito antes não é?

A ciência e a filosofia têm um compromisso com a promoção da ruptura e da crítica. Pois atuaram como atores chave nessa trajetória. Não podemos conceber a existência e a formação de cientistas, técnicos e filósofos na torre de marfim. A noção de progresso, como colocamos, está vinculada a esse espírito de um conhecimento científico de uma época. Sobretudo, a reflexão precisa ser restaurada desde o pensamento científico até a vida cotidiana. O trabalho também necessita beber da fonte do saber-reflexivo. Essas condições garantem a produção de uma liberdade crítica que não se converta em um niilismo. A pluralidade enaltecida por Hannah Arendt é compreendida pela ação e pelo discurso como formas de coragem e de respeito às subjetividades que persistem no fazer humano. O pensamento dessa filósofa é precursor na crítica ao desenvolvimento e sua face normalizadora, pois a pluralidade defendida pela autora é a verdadeira busca pela outridade que exige o direito de existir. Isso encarna sua ideia de democracia como aquela que busca criar e defender direitos: à vida, à dignidade humana, à existência e à palavra. Ou seja, à diversidade, anti-normalizada.

Referências

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, Dawid Danilo. (org.). **Um campeão visto de perto**. Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 198-214.

AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby, ou da contigência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 112p.

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos (Homo Sacer IV, 2)**. São Paulo: Boitempo, 2017. 324p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1991. 352p.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Cia das Letras, 1999. 336p.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo, Cia de Bolso, 2012. 832p.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016. 348p..

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2017. 201p.

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

BLASER, Mario. **Storytelling globalization from the Chaco and beyond**. Durham; London: Duke University Press, 2010. 283p.

BOFF, Leonardo. Ética e Sustentabilidade. **Agenda 21 e Sustentabilidade**. Brasília: MME, 2001. 8p.

BUTLER, Judith. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. 189p.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 77, p. 73-89, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vSJfnDnZJfTkZGbLKdK45RN/#>. Acesso em: 25 maio 2025.

DUSSEL, Enrique. **A ética da libertação na Era da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2012. 672p.

DUSSEL, Enrique. Hacia la liberación científica y tecnológica. **América Latina en movimiento**, Quito, p. 3-6, n. 493, 2014.

ESCOBAR, Arturo. Discourse and power in development: Michel Foucault and the relevance of his work to the Third World. **Alternatives**. v. 10, p. 377-400, 1984. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030437548401000304>. Acesso em: 25 maio 2025.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Caracas: Editorial el perro y la rana, 2007. 419p.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. Durham; Duke: University Press, 2008. 456p.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. (Ed). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. Londres: Zed Books, 1992. p. 6-25.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012a. 295p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. 236p.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas** Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 541p.

FRY, Karin. **Compreender Hannah Arendt**. Petrópolis: Vozes, 2010. 213p.

GUPTA, Akhil. **Red tape: bureaucracy, structural violence, and poverty in India**. Durham; London: Duke University Press, 2012. 384p.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiae Studia**. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E A PRODUÇÃO DA NORMALIDADE

LAFER, Celso. A política e a condição humana. *In*: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Ed. forense, 1991, p. 341-352.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **La Colonialidad Del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires, Ediciones FACES/UCV, 2005, p. 107-130.

QUINTERO, Pablo. **Antropologia del desarrollo: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Kula, 2015. 198p.

RIBEIRO, Gustavo L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 80, 2008, pp. 109-125. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/tptYGcSpnGPvPqVQSRfg8VP/>. Acesso em: 25 maio 2025.

RIST, Gilbert. **The History of Development From Western Origins to Global Faith**. Londres: Zed Books, 2008. 320p.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008. 656p.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.